

# A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil

Ana Teresa A. Venancio<sup>1</sup>  
Janis Alessandra P. Cassilia<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo faz um balanço bibliográfico das formas como o tema da doença mental tem sido tratado pela literatura especializada no Brasil. Nesta direção, discorre sobre os principais textos, seus autores e filiações teóricas, tratando particularmente dos trabalhos considerados clássicos, dos estudos influenciados por Michel Foucault, e das contribuições elaboradas a partir da interlocução da história com a perspectiva cultural, em especial as análises antropológicas que tem gerado trabalhos representativos de uma antropologia histórica. Nos estudos clássicos aponta o desenvolvimento incipiente do tema da doença mental, preterido pela centralidade concedida ao caráter científico e assistencial da psiquiatria. E, no que se refere às análises que privilegiam uma visada cultural, ressalta o caráter multifacetado que a questão da doença mental assume.

**Palavras-chave:** doença mental, psiquiatria, história, antropologia, Brasil.

**Abstract:** The article makes a bibliographical review of the modes that the subject matter of mental illness has been treated by the specialized literature in Brazil. In this fashion, it discusses about the main texts, their authors and theoretical affiliations. It particularly deals with the considered classic works, the studies influenced by Michel Foucault, and the contributions brought about from the dialogue of history with the cultural perspective; especially the anthropological analyses that have engendered representative works of a historical anthropology. Concerning the classic studies, it points out the incipient development of the subject of mental illness, which was neglected by the centrality given to the scientific and caring nature of the psychiatry. Also, concerning to the analyses that favor a cultural sight, it highlights the multifaceted character that the issue of mental illness takes on.

**Keywords:** mental illness, psychiatry, history, anthropology, Brazil.

## Introdução

Este artigo apresenta um balanço bibliográfico sobre o modo como o tema da doença mental tem sido tratado pela literatura especializada no Brasil ao longo do século XX. Com base na revisão historiográfica relativa ao contexto internacional<sup>3</sup> e aos trabalhos históricos produzidos no México<sup>4</sup>, podemos distinguir ao menos três grandes grupos de estudos. Em primeiro lugar verifica-se a existência de artigos e livros “clássicos” ou “pioneiros”, elaborados principalmente durante o século XIX e primeira metade do século XX, que buscavam mapear as origens da psiquiatria, seus personagens ilustres e grandes méritos. O segundo grupo reúne trabalhos de revisão e ruptura em relação ao modo como a história da psiquiatria vinha sendo escrita pelos “pioneiros”, conformando-se um novo fazer historiográfico, tanto do ponto de vista da filiação teórica – maciçamente inspirado em Michel Foucault – quanto do ponto de vista da eleição de novos tipos de fontes primárias. Observa-se ainda a produção de estudos que

articularam a questão da temporalidade à visada cultural sobre a sociedade e o campo científico, principalmente a partir do diálogo com a antropologia. Trata-se de trabalhos elaborados por historiadores e antropólogos, que realizaram um deslocamento heurístico em relação à própria construção do objeto de estudo, agora implicado com o mundo das idéias – as representações sociais, os projetos civilizatórios, as categorias diagnósticas – e também com as experiências vividas dos diversos atores sociais.

A organização do campo brasileiro sobre a história da doença mental em torno destes três grandes grupos de estudos não obedece a uma linha cronológica sucessiva. Ainda que os trabalhos do terceiro grupo sejam de fato produções mais recentes, difundidas a partir de meados dos anos 80 e principalmente dos anos 90, é possível observar a publicação de estudos “clássicos” nos dias de hoje, bem como a permanência de trabalhos centrados nas contribuições foucaultianas, ao menos desde fins da década de 1970 até o presente. Como veremos, a conformação deste campo de estudos está

<sup>1</sup>Socióloga, mestre e doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Pesquisadora do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e professora do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz). Co-organizadora do livro *Psicologização no Brasil: atores e autores* (Contracapa, 2005) e autora de vários artigos sobre ciência e assistência psiquiátrica no Brasil no século XX. Seu artigo mais recente é “Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940-1954)”, publicado na coletânea *História e loucura: saberes, práticas e narrativas* (EDUFU, 2010). E-mail: [anavenancio@coc.fiocruz.br](mailto:anavenancio@coc.fiocruz.br).

<sup>2</sup>Graduada em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e mestranda do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Desde a graduação desenvolve pesquisa sobre história da psiquiatria no Brasil sendo co-autora do artigo “Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940-1954)”, publicado na coletânea *História e loucura: saberes, práticas e narrativas* (EDUFU, 2010). E-mail: [janiscassilia@click21.com.br](mailto:janiscassilia@click21.com.br)

<sup>3</sup>HUERTAS, Rafael. Historia de la Psiquiatria, ¿Por qué?, ¿Para qué? Tradiciones Historiográficas y Nuevas Tendencias. *Frenia. Revista de Historia de la Psiquiatria*, Madrid, Vol. I (1), p. 9-36, 2001.

<sup>4</sup>SACRISTAN, Cristina. Historiografía de la Locura y de la Psiquiatria em México. De la hagiografía a la historia posmoderna. *Frenia Revista de Historia de la Psiquiatria*, Madrid, Vol.V(1) p. 9-33, 2005.

diretamente relacionada à construção da identidade profissional dos autores que produziram tais trabalhos e à concepção de história adotada na elaboração de suas análises.<sup>5</sup>

Nestes termos, as narrativas históricas tão comuns no fazer historiográfico dos pioneiros, ainda são utilizadas em produções atuais. São trabalhos elaborados em sua maioria por médicos-psiquiatras, marcados por uma visão tradicional da história entendida como um conjunto de fatos, contendo dois objetivos: a descrição dos avanços do conhecimento e da política assistencial psiquiátrica e a construção da identidade profissional do médico especializado em matéria mental. Nessa perspectiva a doença mental aparece como corolário dos investimentos e sucessos científicos e assistenciais empreendidos por médicos no afã de curá-la e extingui-la.

Com a mudança de paradigmas a partir de 1970, destaca-se a emergência de uma produção analítica muito influenciada pelos estudos foucaultianos, que ganhou notoriedade na historiografia brasileira sobre a psiquiatria no Brasil a partir do final daquela década. Não é a toa que seus primeiros autores identificavam-se, em sua maioria, como filósofos ou como representantes do campo psiquiátrico que buscavam a ruptura política e clínica com o poder disciplinar que a psiquiatria asilar representava, tal como denunciada por Michel Foucault. Nesta direção transitavam entre as idéias, correntes no contexto internacional, da antipsiquiatria e do movimento italiano de desinstitucionalização capitaneado pelo psiquiatra Franco Basaglia.<sup>6</sup> A concepção de história que aqui vicejava deixava de lado as continuidades e as efemérides e olhava o real por intermédio das descontinuidades e das possibilidades de transformações sociais radicais.

Somam-se a este grupo as análises de historiadores, resultantes de uma virada marcada pela “crise da história”, característica da década de 1970.<sup>7</sup> Inspirando-se mais uma vez nas proposições de Marc Bloch<sup>8</sup> e no programa da *École des Annales* esses historiadores tomavam como objeto histórico as “atividades humanas” – contrapondo-se ao programa do “historicismo” e sua narrativa dos fatos – e voltavam seu interesse muito mais para a história social. Nessa direção observa-se a ênfase em novas visões da sociedade e do indivíduo, as quais exploravam as longas, médias e curtas

durações<sup>9</sup>, bem como o estudo sobre eventos até então tidos como atemporais: o corpo, a medicina, a loucura, a morte, o clima, a infância, os odores, a alimentação, a feminilidade, a leitura, entre outros.<sup>10</sup> A psiquiatria como objeto de estudos históricos produzidos por historiadores pode ser entendida como um dos reflexos da adoção deste novo paradigma historiográfico. Nestes trabalhos a doença mental é traduzida numa concepção diferenciada e mais geral de loucura. Com isso, a interpretação clássica de que a missão médica era prover a cura da patologia mental, passou a ser criticada de modo radical, articulando-se uma reflexão mais geral sobre o estatuto da razão e da desrazão e, conseqüentemente, sobre o modo como a loucura/desrazão vinha sendo, historicamente, aprisionada pela psiquiatria.

Um terceiro grupo de trabalhos produzidos no Brasil pode ser caracterizado por suas fortes ligações com a perspectiva cultural, considerando-se ao menos duas matrizes. A primeira dizia respeito à abordagem histórica reciclada particularmente pelos diálogos com a antropologia, e que também vinha sendo gestada desde final dos anos 70, fazendo coro à construção dos objetos de estudo acima mencionados e até então naturalizados do ponto de vista histórico. A segunda matriz é expressa por parte da produção do campo antropológico – em particular no Rio de Janeiro – que a partir da década de 1980 circunscreve como eixo de análise privilegiado a dimensão temporal, porque expressiva de marcas culturais específicas. Assim, aos estudos históricos calcados na perspectiva cultural somavam-se trabalhos representativos da perspectiva de uma antropologia histórica. Trata-se de análises elaboradas por historiadores e antropólogos em dissertações de mestrado e teses de doutorado de programas de pós-graduação em história e em antropologia, depois publicadas em livros e artigos.

Uma característica desses trabalhos era a maior abrangência analítica dada a dois postulados correlatos presentes nos trabalhos de Foucault. Referimo-nos primeiramente à idéia de que a própria psiquiatria era produto e produtora de um imaginário social mais amplo, expressivo das sociedades complexas e modernas e que, portanto, também devia ser compreendida na sua articulação com outros campos de saberes: a psiquiatria

<sup>5</sup>SACRISTAN, Op.cit., p.10.

<sup>6</sup>Para uma síntese sobre os movimentos de transformação da psiquiatria no contexto internacional a partir dos anos 60s ver VENANCIO, Ana Teresa A. A construção social da Pessoa e Psiquiatria: do alienismo à 'Nova Psiquiatria'. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, vol. III, nº 2, 1993, Rio de Janeiro: Ed. Dumará.

<sup>7</sup>FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, vol. 1, nº 17, ano 1996, Rio de Janeiro: Editora FGV. Este trabalho também foi apresentado na mesa-redonda “A historiografia contemporânea e a identidade do historiador” do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife.

<sup>8</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. [1993]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 44.

<sup>9</sup>Para o debate sobre a longa duração e sua importância para os estudos de curta e média duração ver BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 41-78.

<sup>10</sup>BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: Burke, P. (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 11.

e o direito, a psiquiatria no conjunto dos saberes psi (psicologia e psicanálise), a psiquiatria e a educação. Estes estudos de abordagem mais cultural não negam as contribuições heurísticas de Foucault sobre esses dois postulados, mas procuram aprofundá-las em outras direções, o que reduz a ênfase excessiva na força explicativa de noções foucaultianas centrais como “dispositivo de poder” e “poder disciplinar”.

Neste alargamento analítico, os trabalhos com uma visada cultural buscaram explorar mais a articulação da psiquiatria e da doença mental com outras práticas sociais e culturais. Passam então a serem privilegiados temas como a doença mental e práticas curativas diversas, a relação das terapêuticas psiquiátricas com a religião, a noção de sujeito reforçada pelo conhecimento psiquiátrico frente a outras concepções de Pessoa. A doença mental é retratada de modo multifacetado em relação a outros campos semânticos, como o do “nervoso”, e esquadrihada nos diferentes sentidos que assume, por intermédio da variedade de categorias diagnósticas, ou como expressão de um determinado modo “científico” de ver o mundo. O objeto doença mental também se transmuta na possibilidade de compreensão do personagem e sujeito doente mental, enquanto protagonista de sua própria história e, portanto, revelador de uma experiência e vivência sócio-cultural até então pouco explorada analiticamente pelas ciências sociais e pela história.

Neste sentido, o modo como o tema da doença mental foi analisado esteve articulado, em grande medida, à maneira e centralidade concedida ao conhecimento e prática psiquiátrica especializada. Assim, nos estudos pioneiros, desenvolvimentos incipientes sobre a história da doença mental foram subordinados a centralidade da problematização da ciência e da política assistencial psiquiátrica. A doença mental aparecia ou como questão de saúde pública a ser sanada, ou então objeto da clínica psiquiátrica que estava sendo engendrada pelos mesmos atores que escreviam a história da psiquiatria. Nos trabalhos de inspiração foucaultiana, a importância concedida à doença mental esteve articulada à denúncia de sua circunscrição a uma disciplinarização psiquiátrica. Nesta perspectiva a temática da ciência e assistência psiquiátrica também se tornava central, pois a proposição de transformar o

objeto doença mental em loucura ou em experiência da desrazão passava pela análise da psiquiatria como dispositivo de poder. Nos estudos em que a psiquiatria é vista como saber e prática histórico-cultural, a doença mental pode ser compreendida em suas várias representações e possibilidades: como experiência de vida, como expressão de diagnósticos diferenciados de representações de Pessoa e de mundo.

#### A psiquiatria como fato histórico ou como curar a *alienação mental*

As principais características dos textos clássicos sobre a história da psiquiatria no Brasil são as mesmas que a historiografia da medicina apresenta em relação aos trabalhos pioneiros dos historiadores da medicina. Tais estudos sobre a medicina oitocentista foram escritos por médicos voltados para o passado de sua profissão, a fim de “memorar” o seu fazer, conduzindo à celebração da medicina vigente, ao formar um esquema teleológico fundamentado na crença da evolução das ciências médicas, em detrimento dos erros do passado e em favor da moderna e correta medicina do presente.<sup>11</sup> Nessa perspectiva, os estudos pioneiros estavam (e estão) produzindo o sentido e o lugar social do psiquiatra e do seu conhecimento, pressupondo que eles tenham um papel indiscutivelmente positivo e benemérito na sociedade e nos seus desenvolvimentos.

Trata-se de um conjunto de textos de diferentes épocas – inclusive atuais – publicados em veículos de divulgação variados (periódicos especializados, livros, dissertações de mestrado, revistas *on line*) e que abordam temas diversos, como o panorama geral da assistência psiquiátrica, a história de instituições, biografias, etc.<sup>12</sup> Como já mencionamos, todos esses trabalhos foram escritos por psiquiatras de renome em sua época, ou que ocuparam cargos significativos no contexto da psiquiatria acadêmica ou da política pública assistencial no Brasil. Nesta perspectiva, a doença mental aparece como um objeto científico que paulatinamente foi sendo por eles constituído, como razão prática para o enaltecimento da disciplina científica e da prática assistencial, e dando sentido às suas trajetórias profissionais. As fontes utilizadas são as mais diversas – artigos em periódicos médicos, legislação, relatórios dos

<sup>11</sup>EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. In: *Asclepio - Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*. Madrid, vol. L – Fascículo 2, 1998, p. 170.

<sup>12</sup>Considerando-se este vasto universo selecionamos alguns trabalhos que servem de amostra dos princípios que informam essa história da psiquiatria construída pela visão dos pioneiros, a saber: ARRUDA, Elso. *Resumo histórico da psiquiatria brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995; LOPES, Leme. A Psiquiatria e o Velho Hospício. *Quatro Séculos de Cultura*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1966, p. 333-346; MEDEIROS, Tácito de. *Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil*. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria/UFRJ, 1977; MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. [1905]. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria* - ed. Especial - 50 anos, p. 65-101, 1955; PACHECO E SILVA, A.C. Assistência a Psicopatas no Brasil. In: RIBEIRO, Leonídio (org.) *Medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 209-216; UCHOA, Darcy Mendonça. *Organização da Psiquiatria no Brasil*. São Paulo: Sarvier, 1981; PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria. Afrânio Peixoto (1876-1947). *Psychiatry On-line Brazil* Vol. 7, nº 8, agosto, 2002; VASCONCELLOS, Maria de Fátima Vianna de. *Mestre Juliano: o fundador da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria da UFRJ).

presidentes de província, atas de reuniões de instituições, ofícios, relatos de psiquiatras – e muitas vezes alguns trabalhos posteriores utilizam os primeiros textos dos “pioneiros” como fonte secundária, ainda que não apresentem dados ou informações sobre a fonte utilizada.

O texto mais antigo de que temos conhecimento é de autoria de Juliano Moreira (1873-1933), psiquiatra baiano que se estabeleceu no Rio de Janeiro e, em 1903, por convite de José Joaquim Seabra (1855-1942), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906) do governo Rodrigues Alves, foi nomeado diretor do Hospício Nacional de Alienados, permanecendo neste cargo até 1930. Esteve envolvido diretamente com os rumos da política assistencial psiquiátrica durante todo este período, além de ser um profissional preocupado com a organização de uma psiquiatria “científica”.<sup>13</sup> O artigo de Juliano sobre a história da assistência a alienados remonta aos primórdios da história do Brasil, discorrendo sobre a formação do país, o período colonial, a vinda da corte portuguesa para a colônia, os empreendimentos realizados nos períodos imperial e republicano, com destaque para a história do primeiro hospício brasileiro – Hospício de Pedro II.<sup>14</sup> Foi publicado em um dos números iniciais do primeiro periódico psiquiátrico brasileiro – criado por Afrânio Peixoto (1876-1947) e pelo próprio Juliano em 1905 – e, significativamente, foi divulgado novamente cinquenta anos depois como um texto “clássico” em edição comemorativa. Aquele início do século XX foi um período em que o projeto de conformação de uma ciência psiquiátrica andou de mãos dadas com a implantação de uma política assistencial articulada com as diretrizes da higiene pública. Neste sentido, o artigo é um balanço do que já fora realizado e, ao mesmo tempo, uma prospecção do que seria necessário constituir para a assistência psiquiátrica, com o autor se auto-apresentando como protagonista deste processo.

Outro artigo que segue a mesma estrutura de uma história linear é do psiquiatra Pacheco e Silva.<sup>15</sup> Considerando os primórdios da assistência a psicopatas, cita a fundação do Hospício de Pedro II, a primeira lei visando a organização da assistência, bem como o trabalho de Juliano Moreira, Afrânio Peixoto e seus

sucessores na direção do hospício. Concede destaque aos empreendimentos da psiquiatria paulista, sintetizada na figura de Franco da Rocha (1864-1933), sem descuidar-se dos temas da assistência a psicopatas nos demais estados e do ensino de psiquiatria. Sua publicação em coletânea clássica sobre a medicina no Brasil, organizada pelo médico legista Leonídio Ribeiro (1893-1976), é significativa da representatividade de Pacheco e Silva (1898-1988) no campo médico mais amplo. Assim como Juliano Moreira, ele também se apresenta como um dos atores da história que descreve. Atuou em prol de sua especialidade médica e foi autor de manual de referência na formação em psiquiatria, ao mesmo tempo em que, em 1923, substituiu Franco da Rocha na direção do Hospício de Juquery, tomando a frente de publicações importantes como *Memórias do Hospital de Juquery* e *Arquivos da Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo*.

Em meados da década de 1960, o psiquiatra José Leme Lopes (1904-1990) publica outro artigo de cunho histórico no *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, órgão oficial de divulgação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, do qual foi diretor em dois períodos (1958-1966 e 1970-1974).<sup>16</sup> A narrativa segue uma ordenação progressiva dos avanços da psiquiatria, remetendo o leitor à Grécia e às descrições de Homero, para chegar à história da criação do Hospício de Pedro II, sua extinção e o início das atividades em psiquiatria na Universidade do Brasil, em 1938, no mesmo local da Praia Vermelha onde fora construído o antigo hospício. Um ano depois de sua publicação, o artigo de Leme Lopes foi reeditado pela própria Universidade do Brasil em livro comemorativo,<sup>17</sup> homenageando quatro séculos de fundação da cidade do Rio de Janeiro, reunindo trabalhos de 23 professores de diferentes áreas. Neste momento a psiquiatria no Brasil já se encontrava totalmente inserida no tipo de espaço então legitimado como próprio ao desenvolvimento científico – a universidade – e onde a história também passaria a ser veiculada como tema acadêmico da psiquiatria.<sup>18</sup>

Outros trabalhos publicados por editoras universitárias ou comerciais e escritos por psiquiatras que estiveram inseridos no espaço universitário partem igualmente da reconstituição dos primórdios da

<sup>13</sup>Para maiores informações sobre Juliano Moreira ver VENANCIO, Ana Teresa A. & CARVALHAL, Lazara. “Juliano Moreira: a psiquiatria científica no processo civilizador brasileiro”. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias, RUSSO, Jane e VENANCIO, Ana Teresa (orgs.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

<sup>14</sup>MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. [1905]. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria* - ed. Especial - 50 anos, p. 65-101, 1955.

<sup>15</sup>PACHECO E SILVA, A. C. Assistência a Psicopatas no Brasil. In: RIBEIRO, Leonídio (org.) *Medicina no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, p. 209-216

<sup>16</sup>Sobre a importância e significado do Instituto de Psiquiatria na história dessa especialidade médica em nosso contexto ver VENANCIO, Ana Teresa A. *Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.883-900, set-dez. 2003.

<sup>17</sup>LOPES, Leme. *A Psiquiatria e o Velho Hospício. Quatro Séculos de Cultura*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1966, p. 333-346.

<sup>18</sup>Estamos nos referindo à dissertação de mestrado do psiquiatra Tácito de Medeiros que se tornou bibliografia obrigatória, no campo da psiquiatria carioca, para quem se interesse por uma perspectiva histórica. MEDEIROS, Tácito de. *Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria da UFRJ).

psiquiatria e estendem-se na descrição de período histórico mais recente, considerando a psiquiatria no Brasil do pós-guerra até os dias atuais.<sup>19</sup> Tratando do ensino psiquiátrico universitário, da psiquiatria no sistema de previdência social ou da legislação psiquiátrica recente, eles mantêm a perspectiva de dar destaque a instituições e personalidades, projetando prescrições para o futuro da especialidade, do ponto de vista da técnica e da política assistencial. Neles, a história aparece como um conjunto de empreendimentos bem sucedidos. Uma concepção de história que também é compartilhada por psiquiatras que mais recentemente tem se dedicado à tarefa de reconstituição de seu campo de conhecimento<sup>20</sup>, com participação em instituições representativas, periódicos especializados, associações profissionais e institutos universitários.

A psiquiatria como fato social ou como transformar a idéia de doença mental

A escrita tradicional da história da psiquiatria deixa de ser hegemônica durante o final da década de 70, quando começam a surgir textos de profissionais do campo psiquiátrico e/ou simpatizantes de transformações assistenciais nesta área, com enfoque no papel mais social dessa especialidade médica. O primeiro trabalho representativo desta abordagem que busca analisar o papel da psiquiatria como ciência e sua relação com a sociedade foi *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*, de Jurandir Freire Costa. Escrito originalmente como dissertação de mestrado para a École de Hautes Études em 1974 e publicado pela primeira vez em 1976, o livro teve sucessivas reedições na década de 1980, até sua quinta edição em 2007.<sup>21</sup> Membro do que posteriormente passou a ser denominado movimento de reforma psiquiátrica no Brasil, Freire Costa está diretamente preocupado com os rumos propostos para o atendimento público em psiquiatria, e critica o modelo asilar então vigente, considerando-o desumano e cronificador da doença mental, e ressalta o perigo do controle social pelas novas propostas preventivistas.

Nesta direção o autor toma como objeto de estudo a influência da eugenia dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), em fins da década de 1920 e início dos anos 30, trazendo para o campo da história da psiquiatria contribuições em três níveis. No nível documental, divulga um novo tipo de fonte – os

periódicos psiquiátricos especializados – até então observados apenas como fontes secundárias, que serviam como comprovação de fatos e concepções científicas psiquiátricas irrefutáveis. No nível epistemológico, em oposição à concepção tradicional de história, defende a idéia de que a ciência é estreitamente dependente do contexto cultural que a legitima. E no nível da razão prática, que serve de âncora à sua produção de conhecimento, o autor chama a atenção para os riscos históricos do uso e abuso no campo psiquiátrico da idéia de prevenção, que esteve presente na psiquiatria daquele início do século XX e ressurgia nos anos de 1970. Nestes termos, o trabalho de Costa acaba adotando uma visão conceitual próxima da “*historia magistra vitae*” (a história como mestra da vida), muito em voga no século XIX, retirando do passado exemplos que poderiam ser úteis para o futuro.<sup>22</sup>

Da análise das idéias e práticas da LBHM, o autor constata que a eugenia expressaria um conjunto de preceitos pouco científicos, “contaminados” por fatores ideologizantes, que teriam transformado o saber e atuação da LBHM no que poderia ser traduzido como má ciência.<sup>23</sup> Calcado numa perspectiva que separa ciência e cultura e, conseqüentemente, na adoção de uma dupla idéia de ciência – uma pura e outra corrompida pela cultura ou ideologia – o autor conclui que o conhecimento produzido pela LBHM esteve, erroneamente, eivado de concepções e preconceitos culturais da época (o racismo, a xenofobia etc).

Não havia por parte dos eugenistas nenhuma preocupação com as contradições lógicas existentes no interior do corpo conceitual. Na verdade, estas manobras intelectuais tinham objetivos bem diversos dos objetivos científicos. Elas visavam, em primeiro lugar, criar a noção de um indivíduo-animal que deveria submeter-se ao Estado-raça e, em segundo lugar, criticar a feição política do Estado brasileiro. A eugenia era mais que uma crítica à Psiquiatria e aos médicos da higiene mental. Nas críticas eugênicas, o que estava sendo visado, em última instância, era o sistema institucional e ideológico da democracia liberal.<sup>24</sup>

Assim, sem levar em consideração a própria noção de ciência e eugenia da época e as divergências intelectuais e científicas entre os atores (considerando o discurso heterogêneo da LBHM como homogêneo),

<sup>19</sup>ARRUDA, Elso. *Resumo histórico da psiquiatria brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995; UCHOA, Darcy Mendonça. *Organização da Psiquiatria no Brasil*. São Paulo: Sarvier, 1981.

<sup>20</sup>PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria. Afrânio Peixoto (1876-1947). *Psychiatry On-line Brazil* Vol. 7, nº 8, agosto, 2002; VASCONCELLOS, Maria de Fátima Vianna de. *Mestre Juliano: o fundador da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria da UFRJ).

<sup>21</sup>COSTA, Jurandir F. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico* [1976]. 4ª ed. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1989.

<sup>22</sup>KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae*. In: *Futuro passado: para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993. p.41-66.

<sup>23</sup>COSTA, Op. cit., p.72 e 73.

<sup>24</sup>COSTA, Op. cit., p. 99.

Costa busca encontrar na década de 1930 o significado dos perigos por que estaria passando a psiquiatria na década de 1970, ao adotar o ideal preventivo como grande arma contra o modelo asilar.

Embora este trabalho de Costa tenha sido orientado por George Devereux, na perspectiva de uma etnopsiquiatria, durante o seu doutoramento em Paris o autor assistiu palestras de Michel Foucault, passando a dialogar com a perspectiva analítica desse filósofo francês. Neste momento as proposições foucaultianas também ganhavam repercussão dentro do campo historiográfico e intelectual brasileiro mais amplo.<sup>25</sup> A centralidade das idéias sobre a constituição de um saber-poder característico da sociedade burguesa, que tem como instrumentos disciplinadores a medicina social e a psiquiatria, seria para os psiquiatras e historiadores engajados, como Freire Costa, munição teórica para o debate contra a psiquiatria asilar.

É esta a perspectiva analítica adotada pelo segundo livro de grande importância para a historiografia sobre a psiquiatria, advindo de pesquisa coordenada pelo filósofo Roberto Machado, *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*.<sup>26</sup> Sua publicação fez parte de um projeto intelectual e editorial de maior magnitude, que visava uma renovação dos referenciais teóricos colocados para o campo da filosofia, e também para o campo da saúde (incluindo-se neste último a psicologia, a psicanálise dada na universidade, e a própria saúde coletiva ou medicina social). Publicado por editora comercial do Rio de Janeiro, também responsável pela edição em língua portuguesa de vários títulos de Foucault<sup>27</sup>, o livro *Danação da Norma* foi o terceiro número da série Saber e Sociedade, que integrava a coleção chamada Biblioteca de Estudos Humanos. Buscando demonstrar que a formação da medicina social e da psiquiatria brasileira se constituiu como instrumento do poder disciplinar, Machado et alli. (1978) contrapõem a medicina clássica presente no Brasil até o início do século XIX e centrada na idéia de cura, a uma concepção de medicina social, formada na segunda metade do mesmo século, que enfatizava a idéia de prevenção. Nesta perspectiva, a

medicina social e a psiquiatria que se constituem no século XIX teriam sido expressão de uma ruptura com o que até então era tarefa da medicina. E essa ruptura foi exatamente o fenômeno da medicalização da sociedade, isto é, a constituição de um novo projeto médico teórico e prático, a partir do XIX, em que

a medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar entre as instâncias de controle da vida social. Possuindo o saber sobre a doença e a saúde dos indivíduos, o médico compreende que a ele deve corresponder um poder capaz de planificar as medidas necessárias à manutenção da saúde.<sup>28</sup>

A ênfase concedida à idéia de descontinuidade<sup>29</sup> constituía-se em um novo paradigma para os trabalhos sobre a história da psiquiatria, visando exatamente se contrapor àqueles estudos pioneiros, marcados por uma concepção linear e ufanista da história que, segundo Machado, “projetam sobre o passado as questões do presente, buscam continuidades, filiações, parentescos de um projeto homogêneo, habitado por germens de uma verdade que pouco a pouco se impõe ao tempo”.<sup>30</sup> Contudo, as novas contribuições trazidas pelos textos de inspiração foucaultiana, ao mesmo tempo em que imprimam um novo olhar sobre a psiquiatria no Brasil, parecem não ter conseguido se desvencilhar da projeção do presente sobre o passado que visavam analisar. Modificaram-se as posições teórico-políticas e inverteram-se as ênfases analíticas – ruptura ao invés de continuidade – mas mantiveram o engajamento com a construção de uma psiquiatria que servisse a um novo tipo de sociedade: não mais o projeto de uma sociedade civilizada, idealizado pelos psiquiatras clássicos, mas a permanência do ideal de uma sociedade esclarecida a respeito dos modos de exercício do poder que lhe são constitutivos, como melhor cabia aos tempos de contestação e crítica ao autoritarismo de fins da década de 1970 no Brasil.

A perspectiva foucaultiana também foi adotada por estudos produzidos por historiadores, como a tese de doutoramento de Maria Clementina Cunha, *O espelho*

<sup>25</sup> Como exemplo podemos citar a publicação em língua portuguesa do trabalho de Paul Veyne. VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. *Cadernos da UNB*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. Sobre a “entrada” da perspectiva foucaultiana na historiografia brasileira ver RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Anos 90*, Vol. 1, No 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993 <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6120/3624>; RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social Revista de Sociologia USP*, 7 (1-2): 67-82, out. de 1995.

<sup>26</sup> MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio & MURICY, Katia. *Danação da Norma. Medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

<sup>27</sup> Como exemplos podemos citar FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. RJ: Ed Graal, 1977; FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências n° 2. RJ: Ed Graal, 1977; FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências n° 7. RJ: Ed Graal, 1979; FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II – O uso dos Prazeres*. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências n° 15. RJ: Ed Graal, 1984.

<sup>28</sup> MACHADO et. alli., Op.cit., p.18.

<sup>29</sup> Outro trabalho que adota a referida perspectiva é PORTOCARRERO, Vera Maria. *Arquivos da Loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Coleção Loucura & Civilização, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002; originalmente dissertação de mestrado em filosofia defendida em 1980.

<sup>30</sup> MACHADO et alli. Op. cit., p. 19 e 20

do mundo: *Juquery, a história de um asilo*, de 1986. Publicada em livro<sup>31</sup> no mesmo ano, este trabalho tinha como objetivo analisar as relações entre a psiquiatria paulista do final do século XIX até a década de 1930 e a história do Hospício do Juquery. Para tanto trazia pela primeira vez como estratégia de análise a utilização de prontuários médicos como fontes primárias, tentando compreender o cotidiano dentro do asilo, suas formas de tratamento e as relações hierárquicas lá produzidas que, segundo a autora, eram estabelecidas por critérios como classe e gênero. Segundo ela, na construção das estratégias de poder que consolidaram a psiquiatria paulista (e em geral a brasileira) como braço forte do Estado, essa especialidade médica caracterizou-se como um campo de saber eclético, pois teria utilizado, de acordo com suas conveniências, as diversas e até paradoxais teorias psiquiátricas européias daquele período. Nestes termos, a história do Hospício do Juquery seria expressão desta reduzida coerência conceitual, desde sua estrutura até as idéias que conceberam seus núcleos, terapeutas e pavilhões.<sup>32</sup>

A novidade teórico-metodológica da autora para a análise da história da psiquiatria e de uma de suas instituições exemplares vinha expressa na combinação entre as proposições foucaultianas sobre as relações poder-saber e a perspectiva interpretativa da história social, que pensava a construção de uma ordem burguesa no Brasil em que a classe trabalhadora possuía um papel estratégico e subordinado. Nestes termos, entretanto, ficaram reduzidas as possibilidades analíticas da psiquiatria enquanto campo científico regido por razões próprias a essa ordem de eventos, ao mesmo tempo em que articulada ao contexto cultural da época. Assim, o recurso explicativo ao ecletismo psiquiátrico vinha ao encontro do projeto político-intelectual que se colocava para muitos dos historiadores dos anos 80: o da denúncia a toda e qualquer forma de exploração e opressão, no caso específico, pelo saber psiquiátrico.

As afirmações sobre o ecletismo da psiquiatria brasileira também estão presentes no livro de Magali Gouveia Engel (2001) – *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios, Rio de Janeiro (1830-1930)* – oriundo de tese de doutoramento em história defendida na Unicamp, em 1995, sob orientação de Maria Clementina Pereira Cunha. Neste trabalho a autora procura demonstrar que a consolidação da psiquiatria na Primeira República foi fundamental para a estruturação de um modo específico de entender a doença mental, e que, por sua vez, não teria sido a única concepção corrente na sociedade imperial. A autora procura

resgatar a presença de loucos que, vagando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, desfrutavam de uma liberdade que lhes permitia o convívio social. Essa experiência e convivência com a loucura teriam sido colocadas por terra com a ascensão do Hospício de Pedro II e do internamento asilar, ainda que estas duas formas de vivência da doença tivessem convivido posteriormente por alguns anos. Desse modo, teriam existido, historicamente, “diversas possibilidades de se conceber a loucura e de lidar com ela, distintas daquelas que caracterizariam sua transformação em doença mental, submetida ao controle do alienista”.<sup>33</sup>

Aproximando-se da interpretação de Machado et. al. (1978) que enfatizava a ruptura e descontinuidade entre períodos históricos distintos, Engel (2001) analisa o processo de medicalização do hospício como marcado por dois momentos específicos: um em que esse processo não se efetivou, pois haviam outras formas de se conceber a loucura; e outro em que o processo realmente teria se consolidado. Entretanto diferente de Machado et al. (op. cit.), Engel considera que a segunda metade do século XIX, quando o hospício ainda se encontrava vinculado a Santa Casa de Misericórdia, não foi um período expressivo da medicalização da loucura; esta teria ocorrido no final do século XIX e início do século XX, a partir do impulso do Estado republicano à desvinculação do hospício da Santa Casa. Para captar os discursos e estratégias da disciplinarização da loucura pela psiquiatria, o trabalho utiliza fontes as mais diversificadas e numerosas possíveis. Crônicas, casos clínicos publicados em artigos psiquiátricos, teses das faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro, casos citados em Cunha (1986) e em outras fontes secundárias, servem como objeto de análise para verificar a transformação da loucura – cuja concepção e identificação eram de domínio público – em doença mental, então concebida e controlada pelo poder médico especializado.

A psiquiatria como expressão cultural ou os diferentes significados da idéia de doença mental

Concomitantemente a esta produção de inspiração foucaultiana, observa-se na área da antropologia, em especial a produzida no Museu Nacional/UFRJ, investimentos analíticos sobre a história da psiquiatria e saberes afins, buscando compreender o modo como tais conhecimentos e seus desenvolvimentos, no Brasil e no contexto internacional, era expressão de marcas culturais mais amplas.

<sup>31</sup>CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Ver também outros trabalhos da mesma autora como CUNHA, M. C. P. Loucura, Gênero Feminino. As Mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 18, p. 121-144, 1989. CUNHA, M.C.P. *Cidadelas da Ordem: a doença mental na República*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed Brasiliense, 1990.

<sup>32</sup>CUNHA, 1986, p. 29 e 54.

<sup>33</sup>ENGEL, Magali G. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro, 1830-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p.49.

Utilizando estudos de casos específicos, essa produção trazia como efeito importante o desenvolvimento de duas chaves interpretativas, caras ao campo da antropologia, que parecem ter norteado o próprio debate que este campo travava com a história: a relação entre estabilidade/continuidade e mudança/descontinuidade sócio-cultural, e a tensão entre o particular (o diagnóstico, o campo semântico, a instituição) e o geral (as questões culturais englobantes próprias da sociedade ocidental moderna, como o livre-arbítrio, a representação de Pessoa moderna, a tensão entre as dimensões física e moral do humano etc).<sup>34</sup> No que diz respeito à relação entre o particular e o universal, é notável para o campo investigativo sobre a doença mental o valor heurístico da criação da categoria analítica *perturbação físico-moral*. Com ela ficava circunscrita de modo o mais geral possível a idéia de “mal estar” ou “alteração”, em que “algo não vai bem” com o sujeito<sup>35</sup>, sem que se faça necessária a adesão à categoria *doença*, forjada pelo modo especificamente médico de conceber os estados perturbados do sujeito.

Nestes trabalhos antropológicos as contribuições de Foucault não foram abandonadas, mas aparecem lidas sobre um outro viés. Deixavam de ser o ponto de chegada das análises pretendidas, no sentido da afirmação da medicalização da sociedade que a psiquiatria engendrava, para serem o ponto de partida, isto é, uma das chaves para se compreender que o poder disciplinar era uma expressão coetânea de variados processos e valores culturais que eram instituídos e instituintes da própria sociedade ocidental moderna onde se manifestavam. Nesses termos, a leitura de M. Foucault, centrou-se mais na constatação de que o desenvolvimento da tríade saber/verdade/poder corresponde a um processo de singularização e interiorização da individualidade característico da modernidade – onde o sujeito e o livre-arbítrio são valores cruciais – ao invés de se enfatizar os diversos modos de exercício da disciplinarização.<sup>36</sup>

As contribuições de Foucault foram somadas às de outros autores – Louis Dumont, Norbert Elias, Max Weber, George Simmel – que ajudavam a pensar as marcas culturais pelas quais era possível identificarmos

algo como sociedade ocidental moderna. Decorre dessa circunscrição a afirmação de uma totalidade sociocultural que, historicamente, tem sido engendrada por uma crescente interiorização e racionalização, uma universalização dos saberes e uma fragmentação/especialização dos domínios, em que se destaca o domínio da ciência. É em relação a esse mundo ocidental moderno e somente nele que a psiquiatria pode ser considerada e analisada. Sob este ponto de vista antropológico, não se colocava mais a tarefa primeira de denunciar ou produzir transformações no mundo social, mas de se entender que mundo era esse e como nele se dava a produção do “outro”.

A “novidade”, do ponto de vista da antropologia, era a de buscar observar e entender esse “outro” a partir de sua posição diferencial em relação à temporalidade. O “nativo” é ao mesmo tempo “eu” e “outro” porque embora participe de nossa própria sociedade se diferencia de nós a partir de um distanciamento no tempo. Segundo Carrara,

Há vários anos, na área da antropologia social, a ênfase no trabalho sobre dados históricos tem correspondido à tentativa de superação de perspectivas analíticas mais tradicionais que tendem a ver a cultura, definida grosso modo como sistemas de valores de determinado grupo social, como espécie de entidade transcendental, a-histórica, cujo sentido poderia ser integralmente apreendido através de análises sincrônicas. Como a observação participante, a metodologia que geralmente suporta esse tipo de análise foi desenvolvida a partir de investigações realizadas junto a sociedades tribais. Porém, depois de a antropologia social ter começado a colocar sob análise sociedades complexas, para as quais registros históricos são disponíveis, parece ter se tornado possível (e justificável) pensar a cultura como resultado provisório de um processo social e político em que diferentes grupos se enfrentam e se articulam, negociando constantemente o sentido ou sentidos a serem atribuídos à própria realidade social e ao mundo natural com o qual ela se constrói.<sup>37</sup>

<sup>34</sup>São exemplos desse movimento de idéias os seguintes trabalhos: DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro/Brasília: Jorge Zahar Editor/CNPq, 1986; e DUARTE, Luiz Fernando. *A psychopathia sexualis* de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das perversões. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 38 (2), 1989. Ver também a dissertação de mestrado em antropologia social defendida, em 1988, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ, por Sergio Carrara, sobre o manicômio judiciário do Rio de Janeiro, publicada em livro anos mais tarde. CARRARA, Sergio. *O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

<sup>35</sup>DUARTE, 1986, p.13.

<sup>36</sup>Seguido essa direção analítica, vários outros estudos antropológicos sobre história da psiquiatria foram realizados posteriormente, em particular sobre a articulação da psiquiatria com o conjunto dos saberes psi (psicanálise e psicologia) e sobre os temas dos diagnósticos e instituições. Como exemplo podemos citar: VENANCIO, Ana Teresa A. O eu dividido e a constituição do saber psiquiátrico. *Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa* (PUC/RJ), Rio de Janeiro, v. 11, n. 11, p. 77-106, 1999; VENANCIO, Ana Teresa A. & CARVALHAL, Lázara de Azevedo. “A classificação psiquiátrica de 1910: ciência e civilização para a sociedade brasileira”. In: JACÓ-VILELA, A. M. et alli (orgs.) *Clio-Psyche ontem: fazeres e dizeres Psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, pp.151-160, 2001; RUSSO, Jane. “A psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira”. *Cadernos IPUB* vol. VI., nº 18, p.10-20, 2000; RUSSO, Jane & CARRARA, Sergio. “A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras: entre a ciência e a auto-ajuda”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 9 (2), maio-ago., 2002.

<sup>37</sup>CARRARA, Sergio. *Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de entre guerras*. *Cadernos IPUB*, nº 8, Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria/UFRJ, 1997, p.113.



Essa perspectiva de uma antropologia histórica também encontra terreno fértil no interior do campo da história, em especial nos trabalhos que buscam entender o modo como os referidos processos sociais e políticos são agenciados no cotidiano, pelos diferentes atores sociais envolvidos. Nessa direção as novas análises incluíram sujeitos anônimos – trabalhadores, pacientes, loucos – que, em certa medida, já começavam a ganhar rostos e nomes nos trabalhos de Cunha (1986) e Engel (2001), embora submetidos ao poder psiquiátrico, conforme analisado pelas autoras. Observa-se assim um aprofundamento analítico do recurso às fontes primárias que trouxessem a “voz” dos sujeitos anônimos e, portanto, sua própria experiência e visão sobre os acontecimentos. Os discursos e ações dos representantes doutos da psiquiatria e dos dirigentes das instituições assistenciais nesse campo deixam de ser vistos apenas como expressão dos progressos da ciência ou das relações unívocas do saber-poder, numa crítica aos estudos foucaultianos que vêem na fala do paciente um indício de resistência contra o poder imposto pela psiquiatria e pela sociedade burguesa.

O que se faz notar é um debate sobre o estatuto das fontes primárias e a possibilidade de, por intermédio de textos, imagens e falas, aprendermos o “outro” que está imerso no caldo cultural de que a história faz parte. Sobre esse assunto duas posições podem ser observadas: a que busca analisar a consciência dos loucos e não sua moléstia ou inconsciente, privilegiando fontes em que a “fala” desses personagens seria mais evidente: não os escritos médicos, como prontuários, fichas de observação ou artigos especializados, mas sim diários, cartas e qualquer outro tipo de fonte escrita pelo próprio paciente; e, de outro lado, estudos que retomam os textos médicos, buscando apreender as diferentes vozes que os produzem: médicos, e também doentes e seus familiares.

Um livro representativo da primeira corrente é o de Roy Porter – *Uma História Social da Loucura* – que analisa os escritos de “pessoas loucas” do passado, buscando investigar seus pensamentos e sentimentos. Porter afirma que “o que o louco diz é esclarecedor porque apresenta um mundo através de um espelho, refletindo a lógica (e a psico-lógica) da sociedade sã”.<sup>38</sup> Ao contrário da perspectiva do saber psiquiátrico, os escritos dos loucos são vistos como comunicações coerentes em si mesmas, que apresentam inteligibilidade

própria (ainda que em uma linguagem distorcida e não-convencional), onde podemos encontrar idéias, valores, aspirações, esperanças e medos.<sup>39</sup>

O autor concorda com a interpretação de Michel Foucault de que as histórias da irracionalidade e da razão devem ser vistas de forma articulada. A mente do louco e a do são, quando justapostas, questionam um ao outro. Porém, ao contrário de Foucault, Porter entende que a visão do louco e da psiquiatria, mesmo enquanto rivais, não estariam dispostas de uma forma hierárquica. Nos escritos analisados, segundo o autor, fica evidente que a psiquiatria, longe de ser encarada como uma solução para a questão patológica, faz parte deste problema.<sup>40</sup> Para ele, “os delírios dos loucos, os mitos da psiquiatria e as ideologias da sociedade em geral fazem parte de um tecido ideológico comum”.<sup>41</sup>

À influência dos estudos de Roy Porter, surgiram trabalhos interessantes sobre a experiência do doente, sua relação com a sociedade e o saber médico-psiquiátrico, que expressam a segunda vertente mencionada. Um exemplo ilustrativo é a pesquisa do historiador mexicano André Molina, sobre o paciente Albert Nicolat Talocin, ladrão, julgado por vários crimes no início do século XX, que teria fingido ser cleptomaníaco ou messias.<sup>42</sup> O trabalho busca demonstrar que o referido personagem utilizou-se do saber psiquiátrico em seu proveito para escapar das acusações e conseguir a liberdade. Ao adotar a perspectiva de Porter, entretanto, Molina (op. cit.) considera que os escritos dos doentes não são a única forma de acessar a narrativa dos loucos. Valendo-se da metodologia do “duplo discurso”, empregada por Cristina Rivera Garza<sup>43</sup>, Molina utiliza os relatórios psiquiátricos e periciais sobre o caso, afirmando que nestes documentos coexistem dois discursos que configuram e constroem-se mutuamente, o discurso do doente e o discurso médico. Para Molina, a junção desses dois discursos constituiria o próprio discurso da sociedade mais ampla (Molina, 2009: 75-76).

No caso da historiografia brasileira, observa-se uma combinação entre essas duas posições com relação às fontes sem prejuízo de nenhuma delas. De um lado verifica-se o recurso à experiência do doente por intermédio de suas próprias palavras, utilizado pela investigação histórica sobre outras doenças (que não apenas a doença mental). Este é o caso da análise sobre a tuberculose do poeta Manuel Bandeira,<sup>44</sup> que corrobora

<sup>38</sup>PORTER, Roy. *Uma História Social da Loucura*. [1987]. 2º edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p.9.

<sup>39</sup>PORTER, Op. cit., p. 8.

<sup>40</sup>PORTER, Op. cit. p. 9-10.

<sup>41</sup>PORTER, Op. cit., p. 11.

<sup>42</sup>MOLINA, André R. Un mesías, ladrón y paranoico en el Manicomio La Castañeda. A propósito de la importancia historiográfica de los locos. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, nº 37, p. 71-96, Janeiro-Junho, 2009.

<sup>43</sup>GARZA, Cristina Rivera. “She neither respected nor obeyed anyone”: inmates and psychiatrist debate gender and class at the General Insane Asylum La Castañeda, Mexico, 1910-1930. *Hispanic American Historical Review*, Vol 81: 3-4, 2001, p. 653-688. *Apud* MOLINA (Op. cit., p.76).

<sup>44</sup>PÓRTO, Ângela. A vida inteira que podia ter sido e que não foi: trajetória de um poeta tísico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (3), nov 1999 – fev 2000, p. 523-550.

a idéia de que o agente corruptor do meio social – o tuberculoso – desenvolveria um processo de reconstrução identitária muito específico, já que uma vez descoberta a doença, a “morte social” que com ela o acompanha promoveria um esforço do sujeito em preservar sua própria identidade. Nestes termos, as diversas fases de experiência de doença expressariam as formas de preservação da identidade, ajustamento e convívio social e reconstrução de identidade empreendida por Manuel Bandeira.<sup>45</sup> A utilização da experiência do doente serviu à demonstração de como “indivíduos concretos tiveram e continuam tendo um papel decisivo na produção e transformação de certas concepções da doença”.<sup>46</sup>

Já em perspectiva semelhante à de Molina (op. cit.) destacam-se os trabalhos que buscam compreender as reações subjetivas dos tísicos internados em sanatórios paulistas do início do século XX, em contraposição às representações sociais a eles impostas.<sup>47</sup> Utilizando como fontes de análise tanto os próprios escritos dos pacientes, como os documentos médicos, procuram demonstrar que os prontuários permitem colocar em foco os diferenciados “personagens” detentores do poder explicativo sobre os processos biológicos, psicológicos e sociais: profissionais da saúde, doentes e doenças.<sup>48</sup> É neste sentido que podemos entender alguns dos investimentos crescentes sobre história da psiquiatria que têm sido elaborados nesse início do século XXI.<sup>49</sup>

Para a historiografia da psiquiatria no Brasil, um trabalho interessante que utiliza a perspectiva da experiência da doença é o que analisa o caso de Pierina, acusada de infanticídio no Rio Grande do Sul no início do século XX.<sup>50</sup> Utilizando os documentos do processo-crime, o prontuário clínico e as cartas escritas pela própria Pierina, o livro apresenta os discursos difundidos

por esses documentos e seus autores, que possibilitaram a emergência e consolidação da idéia de que Pierina fosse louca, sujeito que traria consigo uma loucura potencial, em certo momento manifestada. As diferentes interpretações sobre a loucura, propagadas por médicos psiquiatras, juristas, pela paciente e pela população em geral foi ponto central para a demonstração da formação de um saber sobre a loucura numa zona periférica do estado nacional. No Rio Grande do Sul, onde a psiquiatria mantinha uma visão de caridade e de cura, os debates suscitados pelo caso foram importantes para a construção de uma idéia de crime-loucura, que perpassou não apenas as discussões e diversas interpretações sobre a loucura, mas também sobre a condição da mulher na região.

Juntamente com esses novos investimentos analíticos é notável a permanência de estudos sobre temas clássicos do campo da história da psiquiatria: a história de categorias e teorias diagnósticas, o papel central de determinados personagens médicos, e o mundo das instituições asilares. Esses temas, entretanto, parecem agora apresentados sob novos enfoques ao considerarem a complexidade da negociação dos processos sociais em jogo. Assim, os personagens médicos deixaram de ser as mentes esclarecidas perpetuadas pelos estudos clássicos ou apenas os detentores do poder-saber que objetivavam o controle de corpos e mentes. Aparecem como homens doutos, construindo uma especialidade científica e, para tanto, utilizando seu capital político, combinando e opondo teorias frente às defendidas por seus pares<sup>51</sup>; ou ainda como especialistas que participavam do debate mais amplo sobre os rumos da nação brasileira, sem que tal engajamento caracterize um desvirtuamento da ciência.<sup>52</sup> A história das instituições, por sua vez, não está

<sup>45</sup>PÓRTO, Op. cit., p. 524.

<sup>46</sup>PÓRTO, Op. cit., p. 525.

<sup>47</sup>BERTOLLI FILHO, Cláudio. Antropologia da doença e doente: percepções e estratégias de vida dos tuberculosos. *História, Ciências, saúde – Manguinhos*, vol. VI (3), p. 493-522, nov 1999- fev 2000.

<sup>48</sup>BERTOLLI FILHO, Cláudio. Prontuários médicos e a memória da saúde brasileira. *Boletim do Instituto de Saúde*, 38, pp. 12-15, abril 2006, p. 15.

<sup>49</sup>Como exemplos dessa produção podemos citar: WADI, Yonissa Marmitt. A escrita epistolar no hospício: documento médico, documento histórico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. VIII, n. 1, p. 137-149, 2005; WADI, Yonissa Marmitt. Experiências de vida, experiências de loucura: algumas histórias sobre mulheres internas no Hospício São Pedro (Porto Alegre/RS, 1884 - 1923). *História Unisinos* São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 65-79, 2006; SANTOS, Nádia Maria Weber. História, sensibilidade e ficção: o manicômio brasileiro e a loucura na narrativa íntima de Lima Barreto. *História. Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 6, p. 187-205, 2007; SANTOS, Nádia Maria Weber. “Memórias de um Velho Hospício”: Práticas de Exclusão X Histórias de Vidas, Narrativas em Conflito. In: PESAVENTO, Sandra; GAYOL, Sandra. (Orgs.). *Sociabilidades, justiça e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 225-254; SANTOS, Nádia Maria Weber. História, subjetividade e cultura em leituras sensíveis do Eu: um exemplo nas escritas ordinárias de hospício. In: SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza; PESAVENTO, Sandra. (Orgs.). *História Cultural: Narrativas, Imagens e Práticas Sociais*. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2008, p. 71-98. FACCHINETTI, Cristiana; Ribeiro, Andréa; Muñoz, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 231-242, 2008; BORGES, Viviane Trindade. *Do esquecimento ao tombamento: a invenção de Arthur Bispo do Rosário*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

<sup>50</sup>WADI, Yonissa Marmitt. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009; originalmente apresentada como tese de doutorado, defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP.

<sup>51</sup>ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry Online*, v. 6, n. dezembro, 2001. WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádia Maria Weber. O Doutor Jacintho Godoy e a história da psiquiatria no Rio Grande do Sul / Brasil. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, Paris - França, v. 6, p. 35-55, 2006.

<sup>52</sup>VENANCIO, Ana Teresa A.; FACCHINETTI, Cristiana. Gentes provindas de outras terras - ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. VIII, n. 2, p. 356-364, 2005.

mais a serviço da comprovação do caráter inovador das mesmas, ou da constatação universal de que produziam o encarceramento concreto que o poder disciplinar almejava. Busca-se demonstrar que mesmo enquanto lugares de isolamento, as instituições psiquiátricas foram espaços híbridos para os quais confluíram a ciência e a assistência<sup>53</sup>, a exclusão e a vida social<sup>54</sup> e que refletiam as especificidades locais dos processos de institucionalização da alienação mental num país de proporções continentais.<sup>55</sup> No que se refere ao tema da doença mental, o desafio foi explorar as pistas inauguradas pelos estudos foucaultianos que procuravam dar cara e vida aos sujeitos “perturbados” e à idéia genérica de doença mental. Para tanto as análises direcionaram-se para o entendimento de como o pathos foi sendo qualificado de modo científico, ao mesmo tempo instituindo o mundo da ciência e sendo instituído pelo contexto cultural da qual esta mesma ciência é estruturante.<sup>56</sup>

### Considerações Finais

Este balanço bibliográfico de estudos históricos em torno da doença mental no Brasil certamente não é exaustivo. Neste exato momento outras pesquisas e textos estão sendo produzidos, e vão confirmar ou reinventar as interpretações aqui apresentadas.

Nos limites desta investida interpretativa, buscamos demonstrar que a doença mental é um objeto bastante recente para pesquisas históricas desenvolvidas em nosso contexto. Ele tem sido precedido e subordinado aos investimentos empreendidos em torno da psiquiatria, enquanto especialidade médico-científica ou política assistencial. Como vimos, a ênfase na ciência e assistência psiquiátrica, não foi produto apenas das histórias de sucesso e de efemérides que os muitos psiquiatras têm construído ao longo de décadas. Ela foi também resultante da reação ao *status quo* psiquiátrico, produzida no Brasil a partir do final da década de 1970 quando a psiquiatria (mais do que a doença mental) aparecia nas inúmeras denúncias das relações entre saber-poder que estavam sendo produzidas.

Mesmo assim, no contexto da história clássica da psiquiatria no Brasil, a doença mental – sob a alcunha de *alienação mental* – aparece como o evento que, de modo otimista, deveria ser objeto de cura. Já na visão de uma história engajada, mantém-se em grande medida uma rubrica genérica de *doença mental*. Ela representaria então tudo o que a sociedade disciplinar e burguesa quis abolir e extinguir do mundo social, ainda que alguns desses estudos também estivessem timidamente desenhando rostos específicos para esse personagem genérico do doente mental. No que se refere às abordagens históricas mais recentes – e por isso mesmo difíceis de serem nomeadas sob uma única denominação – a impressão é que o tema doença mental foi multifacetado, pelo menos em dois níveis: um que diz respeito à ênfase dada à grande variedade de modos de nomear as categorias diagnósticas, a partir das quais o evento patológico é lido ou expresso: o banzo, a paranóia, a histeria, a esquizofrenia...; e outro que se refere à heterogeneidade de idéias e representações que podem estar sendo veiculadas por intermédio da noção mais geral de *doença mental* ou de categorias específicas. Assim, os diagnósticos e suas terapêuticas correlatas passaram a retratar inúmeras formas de construção da diferença: a diferença racial, de gênero, de classe social, a diferença dada pelas marcas biológicas e orgânicas, a diferença de concepção de Pessoa implicada nas designações patológicas..... Nesses termos, a análise do mundo da doença mental apresenta-se hoje muito mais rica e complexa, mas continua a nos impor o desafio de manter um olhar cuidadoso sobre as marcas que dão sentido às histórias das patologias mentais, considerando ao mesmo tempo o que nelas há de particular e de universal.

Artigo recebido em: 07/05/2010

Aprovado em: 09/07/2010

<sup>53</sup>VENANCIO, Ana Teresa A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 10, 2003.

<sup>54</sup>VENANCIO, Ana Teresa A.; CASSILIA, Janis Alessandra Pereira. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940-1954). In: WADI, Yonissa Marmitt; SANTOS, Nádya Maria Weber. (Org.). *História e Loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

<sup>55</sup>WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos. Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2002; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3 set-dez, p. 983-1010, 2005.

<sup>56</sup>FACCHINETTI, Cristiana. O brasileiro e seu louco: notas preliminares para uma análise de diagnósticos.. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Rio de Janeiro: Paralelo 15, 2004, p. 295-307. FACCHINETTI, Cristiana; VENANCIO, Ana Teresa A. Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. IX, p. 151-161, 2006. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O banzo e outros males: o pathos dos negros escravos na Memória de Oliveira Mendes. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 10, p. 346-361, 2007. ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. Passado e presente na psicopatologia da paranóia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 12, p. 759-765, 2009.